

MARINHA RECEBE PROCESSO CONTRA JOVENS REBELDES

O corregedor da Justiça Militar, juiz José Bezerra, encaminhou, ontem, à 1a. Auditoria da Marinha, os autos do flagrante dos estudantes Elias Fajaro da Fonseca e Sônia Rodrigues da Silva; professora Dalva Leite Castro e do comerciante Liu Fat Kan, que foram prêso no último dia 18, quando distribuíam panfletos contra a promulgação do Ato Institucional n.º 5 e criticando a revolução de março de 1964.

O juiz Arnaldo Carnasciali, da 1a. Auditoria da Marinha, deu vistas dos autos ao promotor Robério de Albuquerque Lima, para oferecimento da denúncia a fim de que os acusados se vejam processar e julgar. O flagrante foi efetuado pelo DOPS.

FNFi

Na 1a. Auditoria da 1a. Região Militar o promotor Humberto Augusto Ramos Silva informou, ontem, que deverá se pronunciar na próxima semana, sobre o oferecimento de nova denúncia contra os estudantes indiciados no IPM instaurado em junho de 1964, para apurar atividades subversivas na antiga Faculdade Nacional de Filosofia.

O inquérito envolve cerca de 300 pessoas, entre estudantes, professores e servidores, que foram acusados de militarem no extinto Partido Comunista do Brasil e de terem feito funcionar uma célula do PCB naquela Faculdade.

O oferecimento da nova denúncia foi por determinação do Superior Tribunal Militar, ao apreciar recurso do promotor Eudo Guedes Pereira contra a rejeição de denúncia oferecida anteriormente contra 36 dos indiciados que foram enquadrados nos artigos 36 e 21 da nova Lei de Segurança Nacional. Foi encarregado do IPM o tenente-coronel Noé Zavagna de Montezuma.

TERRORISMO

Já se encontram no Recife os delegados Sidney Alcântara e Waldyr Simonetti, adjuntos do DOPS paulista, que pretendem conhecer pormenores das ligações que as autoridades pernambucanas encontraram entre o atentado atribuído a engenheiros daquele Estado e a morte do capitão norte-americano Charles Chandley.

Como se sabe, os engenheiros Ricardo Zarapini e Agnaldo Miranda de Oliveira são apontados como os elementos que, em fins de 1966, explodiram uma bomba no Aeroporto de Guararapes, visando o atual presidente da República. Vinham negando eles a responsabilidade no caso, mas a polícia encontrou farto material acusatório quando começou a fazer escavações na casa em que ambos moravam.

Além do caso Chandley, o DOPS paulista pretende conhecer possíveis ligações com as explosões registradas em São Paulo.